



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

À comunidade escolar

Olá a todos!

Nesta edição, apresentaremos possibilidades de flexibilização curricular para promover o acesso dos estudantes com deficiência aos conteúdos pedagógicos e às aprendizagens, em geral.

Afinal, nós, profissionais da chamada Educação Especial, temos uma **crença: "se é gente, aprende!"** Ou seja, TODOS os estudantes têm condições de desenvolver habilidades e competências, considerando suas características e necessidades especiais de educação.

A inclusão escolar só se torna significativa, quando proporciona aprendizagem aos estudantes, sendo realizada de modo a atender as particularidades de cada um. Nesse sentido, convidamos todos os profissionais de educação, especialmente, os pedagogos e professores a assistirem ao vídeo da Clarinha Mar.

Acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=5ohb2FcLsUk>

O que diz a legislação?

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO MEC (BRASIL, 2008) recomenda a implementação de políticas públicas para que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação tenham garantido o acesso, **a participação e o aprendizado nas escolas comuns.**



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015) prevê a adoção de medidas individualizadas e coletivas em **ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem** em instituições de ensino.

A BNCC (BRASIL, 2018) ressalta a importância de um compromisso com os estudantes com deficiência, reconhecendo a **necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular**, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/2015).

O grande desafio da inclusão: Acessibilidade curricular

O maior desafio da inclusão escolar tem sido a promoção e o acesso à aprendizagem efetiva dos estudantes com deficiência; pois esta exige modificações nas práticas e estratégias pedagógicas. As escolas inclusivas devem oferecer recursos e apoios específicos para eliminar as barreiras às aprendizagens para cada estudante. A **flexibilidade curricular** é uma das estratégias pedagógicas que possibilita essa acessibilidade.

Adaptações e adequações são conceitos sinônimos, entendidos como as mudanças necessárias no currículo escolar, a fim de garantir que o estudante com deficiência tenha acesso ao conhecimento, ou seja, a mesma "matriz" curricular que os demais estudantes.

Geralmente, para os estudantes com deficiência (física, visual, auditiva), a ênfase está na **modificação dos recursos, estratégias ou metodologias**, como por exemplo: uso de caderno com pauta ampliada, lápis com engrossador, uso de lupa, material didático em Libras ou Braille, uso de recursos visuais e imagéticos, tecnologias assistivas, entre outros.

Mas, para **alguns** estudantes com Deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA), **é necessário modificar o currículo** pedagógico para promover a acessibilidade aos conteúdos, como a síntese ou supressão de partes do conteúdo, ajustes no grau de dificuldade de resolução de problemas, entre outras medidas.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O currículo que valoriza e respeita as diferenças requer flexibilidade de objetivos e metas pedagógicas, planejamento diversificado de atividades, uso de diferentes metodologias de ensino, avaliações diferenciadas e ajustes na temporalidade das atividades. Contudo, é importante ressaltar que o conceito de adaptação curricular deve ser compreendido como a possibilidade de tornar os conteúdos acessíveis a todos os estudantes, não no sentido de empobrecer ou infantilizar o currículo.

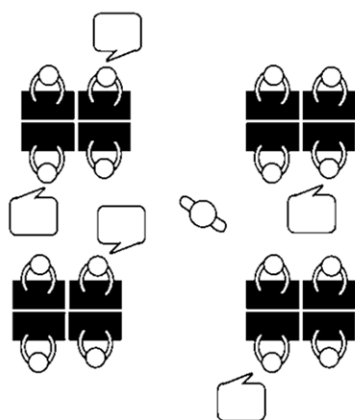
Assista e reflita sobre as adaptações curriculares como alternativa pedagógica para os estudantes com deficiência:

<https://www.youtube.com/watch?v=vKM28ZIN07c>

As adaptações curriculares podem ser de pequeno porte ou grande porte

As adaptações de pequeno porte acontecem no currículo desenvolvido em sala de aula e no nível individual, estão previstas no planejamento de aula do professor, de acordo com o Plano de Desenvolvimento individual (PDI) do estudante.

As adaptações de pequeno porte podem ser:



Organizativa – como a organização espacial da sala (layout das carteiras, posicionamento do estudante com deficiência em local determinado próximo ao professor, ou distante de portas e janelas com muita claridade ou barulho etc.); o agrupamento de estudantes para realização das atividades em dupla, trio ou grupos de modo a facilitar a participação do estudante com deficiência; a tutoria de outro colega, ou a utilização de didática diferenciada.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Objetivos e conteúdos – são adaptações que devem analisar e classificar os conteúdos pedagógicos pelo critério de prioridade. O que é mais importante oferecer para o estudante em relação ao currículo? Também pode ser feita uma adequação na sequencição do conteúdo ou das atividades. O que será oferecido primeiro e, na sequência, introduzir gradativamente novos conteúdos e atividades, ou até mesmo a supressão ou eliminação de parte do conteúdo para promover o acesso do estudante ao conteúdo trabalhado em sala de aula.

Procedimentos didáticos e atividades – podem ser realizadas modificações nos procedimentos didáticos, como o uso de recursos imagéticos (fotos, vídeos, objetos concretos) para apresentar um conteúdo, introdução de novas atividades com tipologias diferenciadas, por exemplo, a produção textual, a arte cênica (teatro), a produção cultural (música, dança, fotografia, desenho) e a adaptação de materiais, pelo uso de Libras, textos com tamanho de letras ampliado, áudio descrição, entre outros.

Avaliação – as adaptações devem considerar modificações nos instrumentos de avaliação e nas técnicas. Por exemplo em relação ao registro, substituindo parte da escrita por imagens, realizando a avaliação oral, avaliação fragmentada, apoio de leitor ou escriba etc.

Temporalidade – flexibilização do tempo de aprendizagem, considerando os objetivos pedagógicos e o conteúdo que será trabalhado com cada estudante. É preciso lembrar que as pessoas aprendem de maneira diferente e em tempos diferentes umas das outras.

Já as adaptações de grande porte se dão no nível da gestão escolar, pelo currículo escolar e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Saiba mais sobre as possibilidades de adaptações curriculares de pequeno porte:

<https://www.youtube.com/watch?v=Lino7J-Fp9o>

Consulte também o Caderno da Política para Inclusão do estudante com Deficiência, na cidade de Contagem, especialmente as Orientações sobre o Processo de avaliação dos estudantes com deficiência. (arquivo PDF).



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Etapas para adaptações curriculares

1. Avaliação diagnóstica (inicial).
2. Identificação das habilidades, potencialidades e necessidades do estudante.
3. Intencionalidade pedagógica (objetivos, metas, resposta educativa).
4. Elaboração e utilização das atividades e conteúdos adaptados.
5. Acompanhamento e avaliação.
6. Trabalho colaborativo (pedagogo, professora de AEE, professor sala de aula, profissional de apoio)

Como fazer adaptação curricular?

<https://www.youtube.com/watch?v=31dTVnH3Bec>



Secretaria de
Educação



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE CONTAGEM**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com estas dicas, esperamos contribuir com o professor da sala de aula, em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, no sentido de oferecer possibilidades, para que eles possam desenvolver suas competências acadêmicas.

Na próxima edição, abordaremos a temática da avaliação do estudante com deficiência.

Até lá!

#cuidem-se
#fiquememcasa!!

